

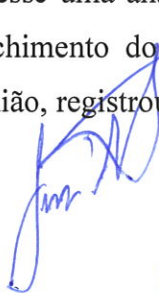
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DE 2026

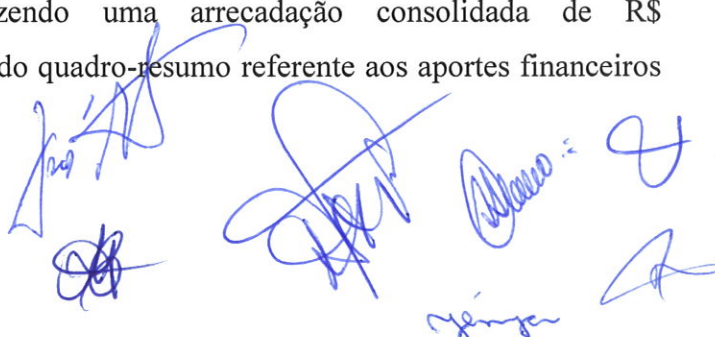
Aos nove do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às dez horas da manhã, os membros do conselho previdenciário do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, na sede do Instituto de Previdência do Município - IPMJP, situado na rua Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166, Centro, João Pessoa, como autorizado pelo Regimento Interno, reuniram-se para discutir, deliberar e aprovar os seguintes itens da pauta:

- **Ciência e Aprovação dos Relatórios de Governança Corporativa do 1º Trimestre (janeiro a março) e do 2º Trimestre (abril a junho);**
- **Apreciação e Aprovação do Relatório do Controle Interno 1º Trimestre (janeiro a março) e do 2º Trimestre (abril a junho);**
- **Exame e Aprovação quanto ao Remanejamento do Orçamento – Suplementação por Excesso de Arrecadação;**
- **Avaliação e Aprovação do Relatório de Gestão Atuarial;**
- **Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas de Investimentos do 1º Semestre;**
- **Análise e Aprovação do Resultado de Investimentos do 2º Trimestre e Aderência a Política de Investimentos;**
- **Análise e Aprovação acerca da Alteração da Política de Investimentos;**
- **Apreciação e Aprovação da Atualização da Resolução do Código de Ética;**
- **Apreciação e Aprovação da Alteração da Política de Segurança da Informação, de Documentos e de Proteção de Dados Pessoais do Instituto de Previdência de João Pessoa**

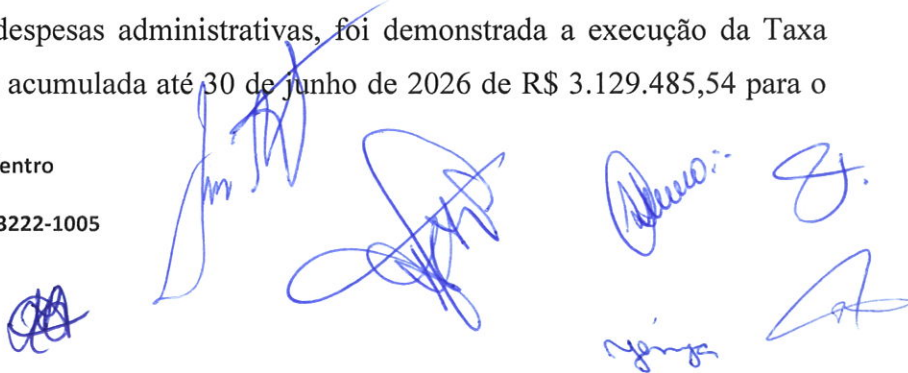
Cumpridas as formalidades regimentais para a convocação das senhoras e senhores conselheiros, foi aberto procedimento via 1Doc. Nº 13.132/2026, contendo os documentos que seriam debatidos nesta reunião, bem como, foi encaminhado também por e-mail os respectivos documentos, para que houvesse uma análise antecipada, verificando a presença de conselheiros suficientes para preenchimento do quórum regimental, conforme adiante assinalados, deu-se por instaurada a reunião, registrou-se, ainda, a presença dos servidores do



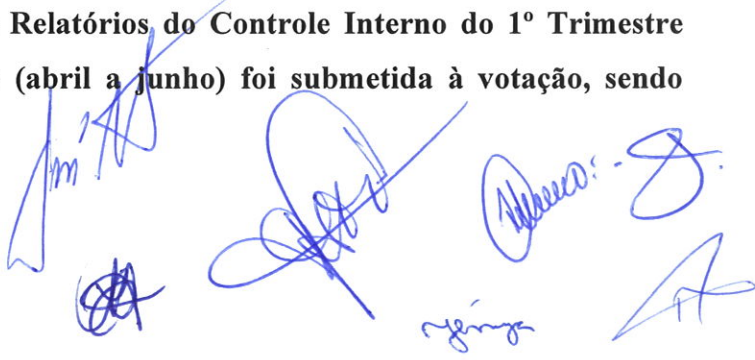
IPMJP convocados na condição de convidados, a saber: a Chefe da Divisão de Administração e Finança, Sra. Suzana Sitônio de Eça, o Atuário, Sr. Werton José Cabral, o Chefe da Assessoria de Investimentos, Sr. Ayrton Ciraulo Neto, a presidente da Comissão de Ética, Sra. Letícia Margela de Almeida, o membro do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Privacidade, Sra. Greicy Pessoa Rodrigues, e a Sra. Angelica da Costa Ferreira, convocada para secretariar as atividades deste conselho. Inicialmente, a secretária do conselho deu as boas-vindas aos Conselheiros. Antes de iniciar a pauta convocatória, foi dada a palavra a Superintendente que agradeceu a presença de todos e iniciou expondo as motivações para a realização desta reunião, colocando-se à disposição para dirimir qualquer dúvida. Feitas as comunicações necessárias, passou-se a ordem do dia, concedendo a palavra à Sra. Suzana Sitônio para apresentação dos **Relatórios de Governança Corporativa do 1º Trimestre (janeiro a março) e do 2º Trimestre (abril a junho) de 2026**. Iniciou destacando que a boa gestão administrativa do IPMJP é resultado de uma estrutura contábil consolidada e eficiente, desenvolvida de forma integrada pelos setores de Contabilidade e Controle Interno. A seguir foram apresentadas as atividades realizadas pelas Divisões, destacando-se as atividades como Aposentadoria Arretada, Lançamento da Cartilha do Servidor Aposentado, Minuto Previdenciário, a realização do Workshop Previdenciário; o Censo Previdenciário e a Ginástica Laboral. Também foram apresentadas as ações que estão sendo desenvolvidas pela Divisão de Tecnologia da Informação, incluindo a expansão das tecnologias de autenticação multifator, o estabelecimento de ciclos de desenvolvimento seguro e auditoria de código, a implantação do login por meio do gov.br, a implementação da prova de vida com reconhecimento facial e o desenvolvimento do Sistema de Gestão Patrimonial. Na sequência, informou que os dados apresentados se referiam ao 1º trimestre e 2º trimestre, iniciando a exposição pelas Receitas Orçamentárias. Foram apresentados gráficos estruturados por fonte de recursos, evidenciando a origem de cada receita arrecadada pelos fundos FUNFIN e FUNPREV, compreendendo as Contribuições dos Segurados, Contribuições Patronais, Compensações Financeiras entre Regimes Previdenciários, Rendimentos Líquidos de Aplicações Financeiras e Outras Receitas. Para cada fonte de receita, foram detalhados os valores arrecadados ao longo do trimestre, totalizando R\$ 42.390.569,29 no FUNFIN e R\$ 48.241.200,08 no FUNPREV, perfazendo uma arrecadação consolidada de R\$ 90.631.769,37. Em seguida, foi apresentado quadro-resumo referente aos aportes financeiros



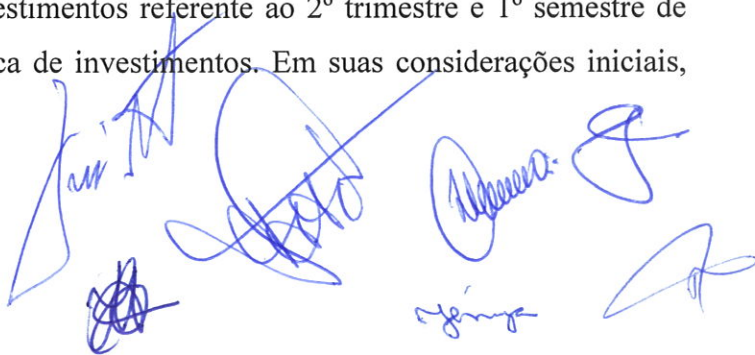
realizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa para cobertura das despesas do FUNFIN, em razão de seu caráter deficitário. Demonstrou-se que, no período, foram repassados recursos destinados às Despesas de Custeio, no valor de R\$ 450.000,00; aos Benefícios Assistenciais Permanentes, no montante de R\$ 4.821,69; à Folha de Pagamento de Benefícios Previdenciários do Tesouro, no valor de R\$ 1.709.312,22; ao Salário-Família, no importe de R\$ 2.026,20; e à Complementação da Folha de Benefícios dos segurados vinculados ao FUNFIN, no valor de R\$ 87.436.167,66, totalizando aportes de R\$ 89.602.327,77. Prosseguindo, foi apresentado quadro demonstrativo da execução da despesa orçamentária por estágio de execução — empenho, liquidação e pagamento — discriminada por fonte de recursos. O total empenhado no período correspondeu a R\$ 127.534.443,15, dos quais R\$ 125.343.491,77 foram custeados com recursos ordinários e do FUNFIN, enquanto R\$ 2.190.952,22 foram custeados com recursos do FUNPREV. Ainda no tocante às despesas, foi destacado o limite anual destinado aos gastos administrativos para o exercício de 2026, fixado em R\$ 13.709.296,64 para o Fundo Financeiro (FUNFIN) e R\$ 7.044.565,54 para o Fundo Previdenciário (FUNPREV). Informou-se que, durante o primeiro trimestre, foram utilizados R\$ 1.708.261,20 da taxa de administração do FUNFIN, correspondendo a 12,4% do limite anual, e R\$ 1.146.968,42 da taxa de administração do FUNPREV, equivalente a 16,2% do respectivo limite. Por fim, foi apresentado o quadro consolidado da execução orçamentária, evidenciando resultado superavitário no primeiro trimestre de 2026, no montante de R\$ 52.699.653,15. Na sequência passou a discorrer sobre os valores relativos ao segundo trimestre de 2026, destacando-se as contribuições previdenciárias, as compensações financeiras, os rendimentos líquidos e outras receitas. As contribuições previdenciárias totalizaram R\$ 54.547.585,83, sendo R\$ 28.895.280,86 referentes ao FUNFIN e R\$ 25.652.304,97 referentes ao FUNPREV. As compensações financeiras totalizaram R\$ 6.909.556,39, enquanto os rendimentos líquidos alcançaram R\$ 19.652.071,20. As outras receitas somaram R\$ 2.130.166,68, resultando em uma receita total de R\$ 83.239.380,12 no período. Em seguida, foram apresentados os aportes financeiros realizados no segundo trimestre, compreendendo Benefício Assistencial Permanente, Beneficiários do Tesouro Municipal, Salário-Família e Complemento de Folha FUNFIN, totalizando R\$ 110.305.606,43. Quanto às despesas administrativas, foi demonstrada a execução da Taxa Administrativa, com despesa acumulada até 30 de junho de 2026 de R\$ 3.129.485,54 para o



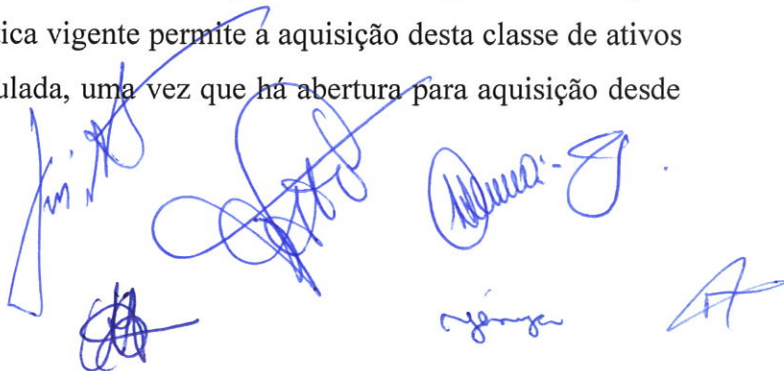
FUNFIN, correspondente a 22%, e R\$ 2.673.336,20 para o FUNPREV, correspondente a 38%. Na sequência, foi apresentado o Resultado Consolidado da Execução Orçamentária, com receita arrecadada de R\$ 173.871.149,49, aportes recebidos do ente federativo no montante de R\$ 199.907.934,20, superávit financeiro apurado em 2025 no valor de R\$ 981.554,26 e despesa empenhada de R\$ 276.516.641,34, resultando em Resultado da Execução Orçamentária de R\$ 98.243.996,61. Encerrada a apresentação, a matéria foi submetida à apreciação dos conselheiros, sendo facultada a manifestação dos presentes para esclarecimentos e questionamentos. O Conselheiro Sr. Francisco de Assis questionou se a Taxa de Administração não foi superestimada, sendo esclarecido que o percentual é previsto na lei 10.684/2005 e alterações. Não havendo mais nenhuma dúvida, os conselheiros, **por unanimidade, aprovaram os Relatórios de Governança Corporativa do 1º Trimestre (janeiro a março) e do 2º Trimestre (abril a junho)**. Na sequência, continuando com a palavra, a Sra. Suzana Sitônio passou ao próximo item da pauta, referente ao **Relatório do Controle Interno 1º Trimestre (janeiro a março) e do 2º Trimestre (abril a junho)**; Iniciou destacando a auditoria de concessão de benefícios. Foi informado que durante o primeiro semestre, foram auditados 171 processos, os quais foram auditados em duas fases: a primeira relativa à Formalidade e Legalidade e a segunda referente à Conformidade de Implantação. Foram apresentados, ainda, os quantitativos de processos auditados sendo 85 benefícios no 1º trimestre e os demais 86 benefícios no 2º trimestre, abrangendo aposentadorias, pensões, processos administrativos e diversos. No tocante à auditoria contábil e financeira, foram destacadas a elaboração e o envio do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR; o envio diário do Sagres; a coleta mensal de dados para elaboração da Provisão Matemática; e a elaboração do Relatório Contábil Mensal. Foram igualmente registradas auditorias nos processos de aquisição de produtos e serviços, análise de 141 APRs – Autorizações de Aplicação e Resgate, em conjunto com a Assessoria de Investimentos e o Comitê de Investimentos, elaboração dos Relatórios de Governança Corporativa e acompanhamento diário dos critérios necessários à manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. Aberto espaço para manifestações, dúvidas e esclarecimentos, os conselheiros declararam-se satisfeitos com as informações apresentadas. Não havendo discussões adicionais, os **Relatórios do Controle Interno do 1º Trimestre (janeiro a março) e do 2º Trimestre (abril a junho) foi submetida à votação, sendo**



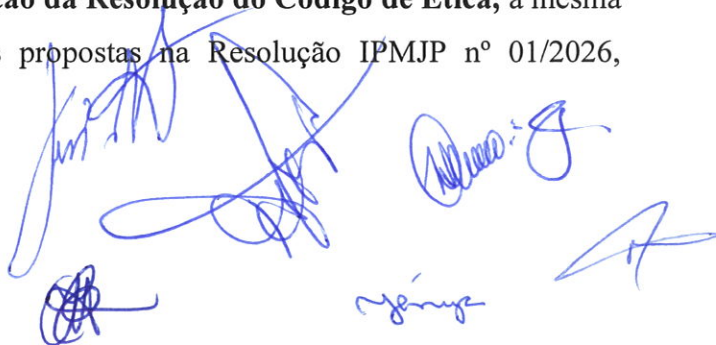
aprovados por unanimidade. Continuando com a palavra, a Sra. Suzana Sitônio passou para o próximo item da pauta que trata do **Remanejamento do Orçamento – Suplementação por Excesso de Arrecadação**, sendo apresentada a proposta de abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotações, no valor total de R\$ 113.450.000,00, mediante anulação de dotações do FUNPREV, com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias destinadas ao empenhamento da folha de benefícios dos segurados vinculados ao FUNFIN. Após a apresentação, a proposta foi aprovada pelo Conselho. Por fim, foi apresentada a proposta de abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, destacando-se o excesso de arrecadação decorrente das receitas do COMPREV. Foi informado que a receita estimada até setembro de 2026 totaliza R\$ 35.485.865,24, frente ao orçamento aprovado de R\$ 17.399.100,00, resultando em excesso de arrecadação de R\$ 18.086.765,24, com destinação ao custeio de despesas com aposentadorias e reformas do FUNFIN. Após a apresentação e os esclarecimentos, a proposta foi posta em discussão, **sendo aprovada por unanimidade pelo Conselho.** Dando continuidade a palavra foi concedida ao Sr. Werton José Cabral, para o próximo item da pauta que trata do **Relatório de Gestão Atuarial**; iniciou apresentando os gráficos das projeções das receitas e despesas do FUNFIN e do FUNPREV. Diante da análise conjunta dos quatro gráficos, registrou-se que, no período de 2022 a 2025, tanto o FUNFIN quanto o FUNPREV apresentaram receitas executadas superiores às respectivas receitas projetadas, ao passo que as despesas executadas permaneceram inferiores às despesas projetadas. O comportamento apresentado nos gráficos evidencia, portanto, uma execução de receitas acima das estimativas e uma realização de despesas abaixo das projeções consideradas nas avaliações atuariais, constituindo informação relevante para o acompanhamento da evolução financeira e atuarial dos fundos previdenciários. Aberto espaço para questionamentos, não havendo manifestações, a matéria foi colocada em votação, **sendo o Relatório de Gestão Atuarial aprovado por unanimidade pelos Conselheiros presentes.** Na sequência foi dada a palavra ao Sr. Ayrton Ciraulo para a apresentação da **Prestação de Contas de Investimentos do 1º Semestre** bem como, **os Resultados dos Investimentos do 2º trimestre de 2026 e à sua aderência à Política de Investimentos vigente**, este iniciou sua apresentação discorrendo sobre os relatórios trimestral e semestral de investimentos referente ao 2º trimestre e 1º semestre de 2026 bem como sua aderência à política de investimentos. Em suas considerações iniciais,



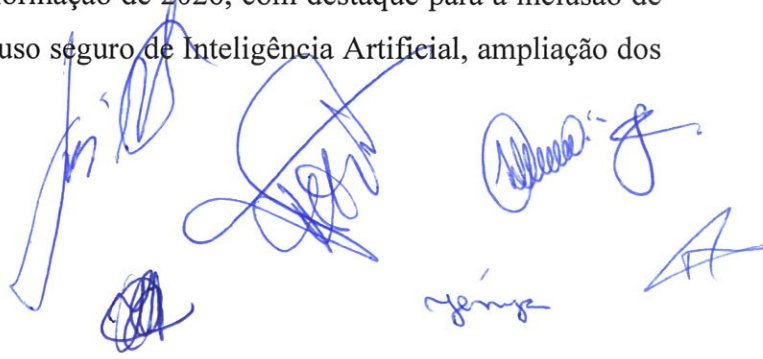
discorreu sobre a evolução patrimonial do Fundo Previdenciário e os resultados consolidados em todo o semestre, bem como especificamente no trimestre em análise, realizando comparação à meta atuarial esperada para o período. Ressaltou que a meta acumulada do período fora atendida e superada. Pontuou contextos macroeconômicos que influenciaram na estratégia adotada para o período e no resultado auferido. Discorreu sobre a evolução do patrimônio líquido do Fundo Previdenciário considerando não apenas a rentabilidade estrita dos produtos que compõem a carteira, mas também o fluxo de recursos através de contribuições previdenciárias. Discorreu, em seguida, sobre a composição atual da carteira de investimento por segmento e suas consequentes participações percentuais no patrimônio líquido do fundo. Em seguida passou à explanação da aderência à Política de Investimentos do exercício 2026. Apresentou aos membros um comparativo do percentual do que fora estipulado como estratégia alvo para cada classe de ativos e o percentual de cada classe na carteira do fundo ao final do segundo trimestre, ratificando sua aderência aos limites estipulados na nova resolução. Finalizando suas colocações a respeito da aderência dos ativos à política de investimentos de 2026, trouxe ênfase à posição em Títulos Públicos do Tesouro Nacional, que perfaz um montante de aproximadamente 62% de todo patrimônio líquido do fundo, o que corrobora com o perfil conservador do instituto para com a gestão responsável dos recursos. Não havendo dúvidas por parte dos membros, o Sr. Ayrton devolveu a palavra aos conselheiros para que a pauta fosse posta sob apreciação. Desta forma, **os conselheiros, por unanimidade, aprovaram a Prestação de Contas de investimentos do 1º semestre de 2026, bem como, os relatórios de investimentos do 2º trimestre de 2026 e sua aderência à Política de Investimentos vigente.** Continuando com a palavra, o Sr. Ayrton, passou para o próximo item da pauta que trata da **Alteração da Política de Investimentos**, Preliminarmente, pontuou que a presente retificação a ser apreciada trata apenas de alterações pontuais no quesito Estratégia de Alocação, não havendo alterações propostas nos demais tópicos da política vigente. Com as movimentações deliberadas na 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos dentro do segmento de renda variável, em especial a aplicação na classe de ETF de Ações, que trata o Art. 8º, II o comitê considerou oportuna a retificação na Política de Investimentos 2026 no que concerne ao tópico das estratégias de alocação. Ressaltou que a atual conjectura da política vigente permite a aquisição desta classe de ativos ainda que não haja estratégia-alvo estipulada, uma vez que há abertura para aquisição desde



que respeitado o atual limite superior de 5% de alocação. Não obstante, tratando-se de uma aplicação já deliberada pelos membros, estes entenderam conveniente a implementação de uma estratégia-alvo, caso o conselho previdenciário julgasse oportuno. Ainda em sede de Estratégia-alvo, com o advento da Resolução CMN 5.272/2025, o Sr. Ayrton explicou aos membros que ficou facultado ao instituto a aquisição de títulos públicos via oferta primária. Informou que de início, não houve movimentação imediata por parte do comitê no sentido de passar a adquirir títulos desta forma, haja vista a expertise exigida para o operacional. Contudo, com a crescente capacitação e viabilidade operacional oferecida por instituições custodiantes para tal modalidade de aquisição, o comitê sugeriu estabelecer novos limites para a estratégia que trata o Art. 7º, II do referido diploma legal, colocando a pauta sob apreciação do conselho. Desta forma, em caso de aprovação das alterações sugeridas, o Sr. Ayrton pontuou que o comitê também entende como conveniente a remoção do limite mínimo de 40% traçado para aquisição direta de títulos públicos federais, uma vez que quando da escolha deste limite, havia unicamente uma única modalidade de aquisição direta de títulos públicos conferidas às carteiras dos RPPS, através do mercado secundário. Uma vez apto a adquirir títulos em duas vias, o rebalanceamento da carteira através de aquisições via oferta primária ocasionaria um desenquadramento desnecessário, por se tratarem de produtos da mesma natureza. Destarte, ficaria sob apreciação dos membros a redução do limite inferior que trata o Art. 7, III do patamar de 40% para 0%. Para o ajuste das estratégias-alvo, a sugestão se deu com um rebalanceamento dentro dos segmentos em que o comitê sugere alteração. Finalizadas suas ponderações, a Sra Suzana colocou sob apreciação dos conselheiros as seguintes novas estratégias de alocação na Política de Investimentos do exercício 2026: Art. 7, II - Limite mínimo 0%; Estratégia-alvo 2%; Limite máximo 100%; Art. 7, III - Limite mínimo 0%; Estratégia-alvo 58%; Limite máximo 100%; Art. 8, I - Limite mínimo 0%; Estratégia-alvo 6,75%; Limite máximo 30%; Art. 8, II - Limite mínimo 0%; Estratégia-alvo 2%; Limite máximo 5%. Dando a palavra aos conselheiros para manifestações, não havendo qualquer questionamento, **por unanimidade, os membros do conselho previdenciário aprovaram a retificação da política de investimentos nos moldes acima citados.** Passada a palavra a Sra. Letícia Magela para apresentação do próximo item da pauta que trata da **Atualização da Resolução do Código de Ética**, a mesma iniciou destacando as principais alterações propostas na Resolução IPMJP nº 01/2026,

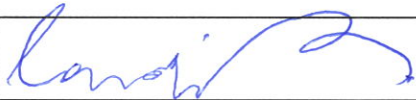
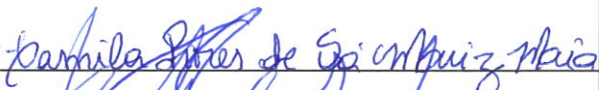
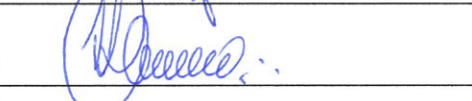
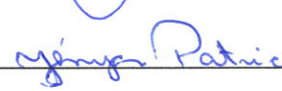


especialmente a inclusão de capítulo específico sobre a Comissão de Ética, estabelecendo sua finalidade, composição e atribuições, entre elas a divulgação do Código, a orientação quanto às normas éticas, o acompanhamento de sua observância, o tratamento de ocorrências éticas e a elaboração de relatórios e propostas de revisão ou atualização. Informou a inclusão de capítulo específico sobre os Meios de Comunicação Externa, estabelecendo a Ouvidoria do IPMJP como canal institucional para o recebimento e encaminhamento de manifestações externas relacionadas a questões éticas, que poderão ser direcionadas à Comissão de Ética para conhecimento, análise e apreciação. Por fim, foram apresentados os principais objetivos das alterações, visando fortalecer a atuação da Comissão de Ética, ampliar a divulgação dos valores éticos e estabelecer procedimentos para o recebimento e tratamento de manifestações relacionadas à ética no âmbito do IPMJP. Aberto espaço para manifestações, dúvidas e esclarecimentos, os conselheiros declararam-se satisfeitos com as informações apresentadas. Não havendo discussões adicionais, a **Atualização da Resolução do Código de Ética foi aprovada por unanimidade**. A seguir, foi concedida a palavra a Sra. Greicy Pessoa Rodrigues, para apresentação do último item da pauta que trata da **Alteração da Política de Segurança da Informação, de Documentos e de Proteção de Dados Pessoais do Instituto de Previdência de João Pessoa**, inicialmente foi apresentada a estrutura e as ações do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Privacidade (CGSIP) do IPMJP, destacando-se a criação do Comitê como medida de atendimento aos pré-requisitos do Programa Pró-Gestão, conforme estabelecido na Resolução IPMJP/CON-PRE nº 01/2026. Foi apresentada, ainda, a composição do CGSIP, formada pela Superintendente do IPMJP, que exercerá a Presidência; pelo Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO); pelo Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação; e por dois servidores efetivos designados pela Superintendente. Em seguida, foi apresentado o Plano de Ação e seu respectivo cronograma de atividades, contemplando a elaboração e/ou revisão do Regimento Interno, da Política de Segurança da Informação, do Plano de Ação e da Cartilha de Segurança da Informação, bem como a realização de campanhas de conscientização, treinamentos e orientações, a divulgação da cartilha, o monitoramento da adesão às práticas de segurança e privacidade e a aprovação dos instrumentos pelo Comitê. Também foram apresentadas as principais alterações da Política de Segurança da Informação de 2026, com destaque para a inclusão de diretrizes relacionadas à governança e ao uso seguro de Inteligência Artificial, ampliação dos



controles de segurança da informação, procedimentos de backup, recuperação de desastres e continuidade, maior detalhamento das responsabilidades da área de Tecnologia da Informação e dos usuários, fortalecimento da gestão de riscos e incidentes, além da criação do Gerenciamento do Acervo Legado na área de Documentos e Arquivo e da atualização das referências normativas e dos procedimentos. Submetida a matéria à apreciação dos conselheiros, não foram registradas dúvidas ou objeções, sendo a **Alteração da Política de Segurança da Informação, de Documentos e de Proteção de Dados Pessoais do Instituto de Previdência de João Pessoa, aprovado por unanimidade**, ficando determinado o seu encaminhamento para publicação. Nada mais havendo a tratar, a Superintendente agradeceu a presença de todos e destacou a relevância do trabalho desempenhado pelos membros do Conselho no fortalecimento da governança institucional. Em seguida, foi declarada encerrada a reunião. Para constar, foi lavrada a presente ata, registrando-se que toda a pauta foi devidamente apreciada e deliberada, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes para que produza os efeitos administrativos cabíveis.

João Pessoa, 09 de setembro de 2026.

Membros do Conselho Previdenciário	
Caroline Ferreira Agra	
Camila Pires de Sá Mariz Maia	
José Augusto de Araújo Souza	
Rafael Barbosa Damasceno	
Francisco de Assis Araújo Neto	
Valdegil Daniel de Assis	
Jéssyca Patricia Paiva Marques Brasileiro	